

DO RESPIRAR AO ESCREVER: FORMAS DE ANIQUILAMENTO E SUBVERSÃO DAS EXISTÊNCIAS NEGRAS

Flávia Danielle da Silva Câmara¹

RESUMO: O racismo impõe marcas profundas na subjetividade da população negra, em particular, das mulheres negras. Falar e escrever se somam à luta por existir em um país que nega a existência de violências estruturais e institucionais que vêm se acumulando ao longo do tempo. Por outro lado, é possível lançar mão de estratégias que comunicam outras formas de expressão e produção de conhecimento não atreladas a um modo ocidental de conhecer e de intelectualidade que leva em consideração as diferentes narrativas e seus atravessamentos territoriais, de classe, gênero, sexualidade, entre outros. Assim, pretendeu-se costurar conversas que explanassem sobre o medo de mulheres negras se expressarem a partir de relatos de mulheres negras que se dispuseram a responder “por que mulheres negras têm medo de falar?”, em diálogo com autoras negras e não negras que abordam a problemática das relações raciais atualizadas em um contexto de pandemia por Covid-19 e seus efeitos na vida da população negra. Observou-se que o racismo empurra mulheres negras para o silêncio a partir da transformação das diferenças em desigualdades na tentativa de aprisionar as subjetividades negras em estereótipos que desumanizam e inferiorizam mulheres negras. A raiva quando compreendida enquanto uma possibilidade de deslocamento das narrativas impele mulheres negras a se movimentar e transformar o silêncio em ação. Da mesma maneira, acessar outras formas de produção do conhecimento como os Griots e Griotes, o pretuguês e as adinkra nos levam a romper com o modo único com que propositalmente as histórias da população negra foram contadas abrindo espaço para outras formas de identificações saudáveis com as negritudes e a oportunidade de re-contar as histórias, agora a partir das sujeitas e sujeitos que paulatinamente têm rompido o pacto do silêncio racial.

PALAVRAS-CHAVE: Falar. Escrever. Silêncio. Mulheres negras. Produção de conhecimento.

FROM BREATHING TO WRITING: WAYS OF ANIQUILATION AND SUBVERSION OF BLACK EXISTENCES

ABSTRACT: Racism imposes deep marks on the subjectivity of the black population, in particular, black women. Speaking and writing add up to the struggle to exist in a country that blackens the existence of prevalent and institutional violence that they provide accumulating over time. On the other hand, it is possible to use a strategy that communicates other forms of expression and knowledge production not linked to a Western way of knowing and intellectuality that takes into account how different narratives and their territorial crossings, class, gender, sexuality, among others. Thus, it pretended to sew conversations that explained about the fear of black women in expressing themselves from reports of black women who were willing to answer “why are black women afraid to speak?” in dialogue with black and non-black authors who address an issue of racial relations updated in a context of a pandemic by Covid-19 and its effects on the lives of the black population. It was observed

¹ Psicóloga formada pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/UFPA) e doutoranda na linha de pesquisa Saúde e Sociedade em Psicologia pelo PPGP/UFPA, integrante do grupo de pesquisa NOSMULHERES pela equidade de gênero étnico-racial. E-mail: psi.flaviacamara@gmail.com

that racism pushes black women into silence based on the transformation of differences into inequalities in an attempt to trap black subjectivities in stereotypes that dehumanize and lower black women. Anger when understood as a possibility of displacement of narratives impels black women to move and transform silence into action. In the same way, accessing other forms of knowledge production such as the Griotes and Griotes, the Pretuguês and as adinkra lead us to break with the unique way in which the stories of the black population were told, making room for other forms of healthy identifications with the blackness and the opportunity to report as stories, now based on preferences and subjects that have gradually broken the racial silence pact.

KEYWORDS: Speaking. Writing. Silence. Black women. Knowledge production.

DE LA RESPIRACIÓN A LA ESCRITURA: FORMAS DE ANIQUILACIÓN Y SUBVERSIÓN DE LAS EXISTENCIAS NEGRAS

RESUMEN: El racismo impone marcas profundas en la subjetividad de la población negra, en particular, de las mujeres negras. Hablar y escribir se suma a la lucha por existir en un país que ennegrece la existencia de violencia estructural e institucional que se ha ido acumulando a lo largo del tiempo. Por otro lado, es posible utilizar estrategias que comuniquen otras formas de expresión y producción de conocimiento no vinculadas a una forma occidental de conocimiento e intelectualidad que tome en cuenta las diferentes narrativas y sus cruces territoriales, de clase, género, sexualidad, entre otros. Así, se pretendía coser conversaciones que explicaran el miedo de las mujeres negras a expresarse a partir de informes de mujeres negras que estaban dispuestas a responder "¿por qué las mujeres negras tienen miedo de hablar?" en diálogo con autores negros y no negros que abordan el tema de las relaciones raciales actualizado en un contexto de pandemia por Covid-19 y sus efectos en la vida de la población negra. Se observó que el racismo empuja a las mujeres negras al silencio a partir de la transformación de las diferencias en desigualdades en un intento de atrapar las subjetividades negras en estereotipos que deshumanizan y rebajan a las mujeres negras. La ira entendida como una posibilidad de desplazamiento de las narrativas impulsa a las mujeres negras a moverse y transformar el silencio en acción. De la misma forma, acceder a otras formas de producción de conocimiento como los Griots y Griotes, los portugueses y los Adinkra nos llevan a romper con la forma única en que se contaban intencionadamente las historias de la población negra, abriendo espacio a otras formas de sana identificación con la negritud. y la oportunidad de volver a contar las historias, ahora de los sujetos que poco a poco han roto el pacto de silencio racial.

PALABRAS CLAVE: Hablar. Escribir. Silencio. Mujeres negras. Producción de conocimiento.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Uma das faces mais perversas do racismo é a sùtil presença da negação e a “tirania dos silêncios”, como informa a escritora e feminista afro-estadunidense Audre Lorde (2019, p. 52). Negação de nossos corpos, nossas memórias, histórias individuais, compartilhadas e ancestrais. Aquela ideia de que negam o direito de existir em plenitude, fazendo-nos coexistir com as migalhas de oportunidades que se apresentam como o limite de até onde poderemos chegar.

Esses silêncios nos fazem entrar em contato com a expressão do medo: medo da aprovação, medo da reprovação, medo de errar, medo de acertar e arcar com as consequências disso. Silêncios cravados pela máscara de flandres/de ferro que dificulta que nos alimentemos da nossa negritude e gritemos nossa revolta. Romper as amarras dessas prisões coloniais-modernas tem sido desafios pesados: respirar, falar, escrever, existir e fazer com que nossas vozes ressoem.

Nenhum silêncio nos protegeu (LORDE, 2019), por isso muitas de nós estamos entrincheiradas nos remendos das escritas, tentando nos autodefinir e apostar na potência criativa desse processo, reinventando quem podemos ser e denunciando o sistema racista que tenta nos aprisionar em personas embranquecidas.

Fiquei tateando por onde começar a romper esses silêncios para este artigo, e quanto mais eu tentava, mais sentia medo e desânimo. Não são tempos fáceis para sentar-se e escrever sobre nós. O distanciamento social e a impotência de, mais uma vez, ver que somos a maioria entre os corpos levados pela pandemia², são de fazer amargar silêncios e engolir choros. São de não conseguir respirar por mais de cinco minutos e de sufocar até a morte como George Floyd³ ou de estar em casa, em distanciamento social, e ter seu corpo atravessado por um tiro de fuzil, como aconteceu com João Pedro⁴.

Começarei dizendo que este artigo é entrincheirado por relatos de experiências e faz uso da primeira pessoa do plural (nós) como forma de subversão da nossa existência negra, tal qual informa a socióloga e uma das pioneiras do feminismo negro brasileiro Lélia González:

² É uma pandemia em curso devido à COVID-19, que causa síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV2). Esta doença foi identificada na cidade de Wuhan, China, em dezembro de 2019 e já tomou proporções globais. Possui um alto poder de transmissibilidade por contato. O Brasil ocupa o 4º lugar no ranking mundial de mortes em números absolutos (UFPA, 2020). Do total de óbitos no Brasil, 50,1% são autodeclarados negros, segundo o Ministério da Saúde e o Boletim Epidemiológico (abril/maio). Com base nas subnotificações existentes, os números podem ser maiores!

³ Em 25 de maio de 2020, na cidade de Minneapolis, Minnesota, Estados Unidos da América (EUA), o afro-estadunidense George Floyd (46 anos) foi assassinado pela polícia estadunidense por suspeita de comprar um maço de cigarro com uma nota de U\$20 falsa em um supermercado. Por 8 minutos e 46 segundos o policial branco Derek Chauvin, que se encontrava acompanhado por outros três (Thomas Lane, J. Alexander Kueng e Tou Thao), ajoelhou-se no pescoço de George, que já estava algemado e repetia: I can't breathe! (Não consigo respirar). O assassinato foi gravado e divulgado. A cidade de Minneapolis foi às ruas exigindo que Vidas Negras Importam e um movimento se espalhou por outras 75 cidades dos EUA. George Floyd era motorista e trabalhava como segurança em estabelecimentos. Ele era um dos muitos demitidos em virtude da pandemia.

⁴ Em 17 de maio de 2020, no Complexo do Salgueiro, Rio de Janeiro, Brasil, João Pedro Mattos Pinto, menino negro de 16 anos brincava com seus primos dentro de casa quando foi assassinado durante a operação policial da Polícia Federal e da Polícia Civil. Levou um tiro de fuzil calibre 5,56 pelas costas disparado do mesmo fuzil utilizado durante a operação policial, segundo o laudo da Polícia Civil, após estes jogarem bomba de gás lacrimogêneo e dar mais de 70 tiros na direção da sua casa, segundo testemunhas.

Quando falo de experiência, quero significar um duro processo de aprendizagem na busca de minha identidade de mulher negra, no interior de uma sociedade que me oprime e discrimina justamente por isso. Porém uma questão de ordem ética-política se impõe de imediato. Não posso falar em primeira pessoa do singular, de algo que é dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; me refiro às ameríndias e às amefricanas, subordinadas por uma latinidade que faz legítima sua inferioridade (GONZÁLEZ, 1988, p. 134, tradução minha).

Nessa perspectiva, as vozes da população negra carregam histórias atravessadas pelo racismo que se estruturou na sociedade e alcançou os modos de afirmação e negação das existências negras. Esse lugar da experiência do racismo marca o corpo negro e o coloca em lugares sociais dos quais se espera que jamais a pessoa negra saia, a saber, o lugar do silêncio, da servidão e do embranquecimento.

E por falar em branquidade (e não em branquitude), conforme a professora e uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), Zélia Amador de Deus (2008), cabe ressaltar que a sua história, em nosso País, é contada e alimentada pelos silêncios pactuados na sociedade, como

um fenômeno que podemos dizer surgido do tráfico transatlântico e da Diáspora africana. Portanto, nesse contexto, o Brasil não pode ficar de fora das discussões sobre a branquidade. O que distingue a branquidade, da negritude, é o fato da negritude se constituir um processo político de tomada de consciência de pertencer a uma raça que foi submetida à opressão colonial eurocêntrica. Enquanto que a branquidade, não é um processo de luta, mas um valor hegemônico que confere supremacia aos brancos. Valor que se mantém muito mais pelo silêncio que encobre uma memória herdada do grupo familiar (AMADOR DE DEUS, 2008, p. 121).

Compreender esse fenômeno implica recolocar a discussão no âmbito das relações raciais e trazer a brancura à responsabilização. Se negritude é um processo de luta e tomada de consciência, a branquidade⁵ é um sistema que atribui *status* de humanidade, superioridade, trânsitos e privilégios. Ou seja, trata-se de um processo coletivo, não podendo ser, portanto, resumido em brancos de maneira individual.

Quando Lélia González (2018) propõe a Amefricanidade, está preocupada em forjar referenciais que nos possibilitem romper os silêncios impostos pela branquidade, informando outra unidade histórica e cultural que marca as subjetividades e modos de constituição social que foram e continuam a ser apagados/embranquecidos desde a língua “portuguesa”. Acerca desta língua, ela aponta que está mais para um Pretuguês à lógica imperialista de considerar as

⁵ Ver Guerreiro Ramos em Introdução Crítica à Sociologia Brasileira, 1957; Ruth Frankenberg em *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*, 1993; Zélia Amador de Deus em *Ananse Tecendo Teias Na Diáspora: Uma Narrativa de Resistência e Luta das Herdeiras e dos Herdeiros de Ananse*, 2019.

experiências de um continente diverso e marcado por um processo anterior ao de colonização resumido em um único país: “A América para os americanos⁶”.

As experiências dos negros que foram colonizados passam pela idiossincrasia da diáspora africana, que foi marcada pela ideologia da supremacia branca, com reflexos em uma hierarquia que pode dispensar ou não formas evidentes de políticas de segregação, a exemplo do *Apartheid* na África do Sul, e das leis estadunidenses “Jim Crow” ou, como ocorre no Brasil, com o mito da democracia racial, todas guiadas pelo embranquecimento e genocídio físico e simbólico da população negra (GONZALEZ, 2018).

O Pretuguês, enquanto um modo de ressignificação da linguagem, e a Amefricanidade, como uma construção diaspórica político-cultural, evidenciam esse embranquecimento das nossas histórias e memórias negras africanas, ao mesmo tempo em que criam possibilidades de romper com o discurso hegemônico e a língua oficial. São, portanto, formas de produzir conhecimento com base na dinâmica viva das experiências da população negra que seguem invisibilizadas e, se não lançadas ao esquecimento, são fixadas em temas ou recortes, mas raramente trazidas como fundamento da história e cultura desse País.

Assim, não pretendo esgotar as possibilidades de caminhos que essa temática pode seguir e muito menos ser representativa de todas as vozes negras, mas compartilhar relatos de experiências com o objetivo de acender a centelha para a questão do porquê mulheres negras têm medo de falar e escrever?

2 GRAFANDO OUTRAS NARRATIVAS E GARFANDO RESISTÊNCIA NEGRA

Acreditamos com frequência que não estamos produzindo conhecimento ao falar de nossas experiências vividas, as quais, a propósito, nada têm a ver com a “tábula rasa” dos empiristas. Trata-se, sim, de um lugar de referência e validação de saberes apoiados em um corpo histórico, localizável temporal e contextualmente (COLLINS, 2000), considerando que este corpo negro é dotado de uma expressão individual, coletiva e ancestral (AMADOR DE DEUS, 2011).

Uma das características de perpetuação do conhecimento de nossos antepassados foi/é a oralidade. Os Griots e as Griotes, acompanhados de instrumentos musicais, como o agogô e

⁶ Doutrina Monroe. Proposta por James Monroe, em 1823, que advogava o fim da intervenção europeia na “América”. Por consequência de uma política imperialista de expansão capitalista-liberal, os EUA despontaram com seu julgo sobre os demais países da América e do mundo com intervenções militares, financeiras e de modos de vida.

o akoting, uma espécie de banjo, foram mensageiros oficiais e guardiões das tradições na África antiga, eram eles os responsáveis pela transmissão cultural, assim como pelas transações comerciais.

[...] estavam presentes em inúmeros povos, da África do Sul à Subsaariana, transitando entre os territórios para firmar tratados comerciais por meio da fala e também ensinando às crianças de seu povo o uso de plantas medicinais, os cantos e danças tradicionais e as histórias ancestrais. Diferente da civilização ocidental, que prioriza a escrita como principal método para transmissão de conhecimentos e tem historicamente fadado povos sem escrita ao âmbito da “pré-história”, em sociedades de tradição oral a fala tem um aspecto milenar e sagrado, e deve-se refletir profundamente antes de pronunciar algo, pois cada palavra carrega um poder de cura ou de destruição (PEREIRA, 2019).

São outras perspectivas de expressão e criação do conhecimento pouco reconhecidas ou valorizadas dentro de uma supremacia branca que elegeu a escrita, nos moldes como a conhecemos na atualidade, em um modelo de excelência, na tentativa de universalizar a codificação e as transposições da maneira de se comunicar e produzir conhecimento.

O povo Akan (atualmente, localizado na região de Gana e Costa do Marfim), por meio dos Adinkras grafados em suas vestimentas, expressam filosofias de vida, visões de mundo, suas histórias, memórias e cultura. São símbolos que comunicam memórias vivas. Adinkra significa “adeus”, pois seus primeiros usos foram em manifestações fúnebres. A partir de então, um vasto repertório de signos foi incorporado em sua língua e cultura e chegam aos dias de hoje como símbolos de resistência (CASTRO; MENEZES, 2009). Deste modo, assim como a Sankofa, um Adinkra carrega o sentido de retornar ao passado como referência para o agora.

Com esse movimento de olhar para os Griots e para as Griotes, para os Adinkras, para o Pretuguês e para outras possibilidades de construção de saber e validação de conhecimentos como linguagens epistêmicas, podemos encontrar formas para subverter a noção de intelectualidade branco ocidental que se fundamentou na escrita, sobretudo a acadêmica, tanto quanto para alimentar nossas negritudes nos reconectando com nossas histórias colonialmente interrompidas.

Quando nos questionamos por que as mulheres negras têm medo de se expressar, quase nunca levamos em consideração o racismo e suas interseccionalidades, bem como e a violência diaspórica que se atualiza ao longo das décadas. Uma das interlocutoras que

relataram suas experiências é a Flávia Ribeiro⁷ (2020), jornalista, mãe e ativista em movimentos negros, para quem:

Não é só uma questão de medo, é uma questão de vergonha também, de timidez, de achar que o que ela vai falar não é tão relevante, não é tão importante. Ela sente insegurança de falar, porque talvez esteja errado, talvez as pessoas riam, então é aquela questão de achar que tem uma outra pessoa que vai falar melhor que ela sobre esse determinado assunto. Talvez ela até saiba a resposta, mas ela tá acostumada a duvidar dela mesma e isso é muito fruto do racismo né, do machismo, enfim dessas opressões que estão impostas às mulheres negras, porque ela tá tão acostumada a ficar, a se sentir bem sendo invisível, porque ela tem medo até da exposição, porque, em alguns casos, a exposição quase nunca é feita de uma maneira positiva pra ela, quase sempre é uma experiência ruim se exposta né. Então eu acho que é basicamente isso, a gente luta a vida inteira contra isso pra ficar invisível, no cantinho da sala, para não ser exposta que as poucas que a gente viu que foram expostas, foram expostas de uma maneira ruim e a gente tem vergonha. É um medo-vergonha-insegurança, tudo junto.

Falar e escrever é se expor, colocar para fora anos de raiva e dor. Parece um atrevimento ousar ser vista e se colocar por nossos próprios parâmetros de autodefinição (COLLINS, 2016). Aquela pergunta da escritora chicana Glória Anzaldúa (2000, p. 230) fica martelando na cabeça: “Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever?”, pois, o racismo molda nossas subjetividades e chegamos a duvidar de nós mesmas, das nossas capacidades e habilidades de falar sobre algo que conhecemos profundamente.

A exposição dos nossos corpos é, historicamente, construída e resumida à figura estereotipada do negro como sinônimo de escravo. Quem quer ser aquele corpo acorrentado, sinônimo de olhares e risos durante as aulas de história? Ou aquele que rápido vira apelido ou motivo de piada quando associado a uma personagem de novela ou de programa de humor? Aprendemos a odiar ser negras e negros e vamos usar todo e qualquer subterfúgio para nos afastar de imagens que nos desumanizam e nos inferiorizam ainda nos dias de hoje.

Assim como mercadorias, o corpo negro serviria para o trabalho, para diversão hedônica e para a exposição – a vênus de Hotentote⁸ é exemplo fiel dessa violência e

⁷ Desde a minha dissertação de mestrado (2017), apresento relatos de experiência de mulheres negras, grafadas em primeira pessoa, registradas em itálico e com poucas partes suprimidas. Os nomes são mantidos ou não a critério delas mesmas. Nesse caso, todas as que trouxe como interlocutoras optaram por registrar seus nomes verdadeiros. Faço isso para trazê-las como coconstrutoras, e não como meros exemplos a serem respaldados por alguma referência acadêmica, seja branca ou negra. O procedimento foi perguntar em um grupo de mensagem instantânea composto por 26 mulheres negras: “Por que mulheres negras têm medo de falar, escrever, se expressar?” Quatro delas me responderam no privado e eu as trouxe aqui.

⁸ Nascida na África do Sul em 1789, com 1,35m de altura, aquela que ficou conhecida como *Vênus Hotentote*, ou *Vênus Negra*, pertencia ao povo Khoisan, cujos invasores europeus denominaram, mais tarde, de Hotentotes ou Bosquímanos. Saartjie Baartman, como foi denominada por seus senhores, permeou o imaginário europeu

“exposição ruim”. Se Elza Soares⁹ gritou a plenos pulmões que o corpo negro ainda é a carne mais barata do mercado; “Maju” Coutinho, que está à frente do Jornal Hoje, na emissora Globo, teve seus “erros” (gestos, nervosismos, falas, gramáticas) contabilizados e visibilizados em matéria da empresa UOL de 9 de outubro de 2019; do mesmo modo, a tese de doutorado¹⁰ de Luiz Valério Trindade pela Universidade de Southampton, na Inglaterra, apontou que, no interstício de 2012 a 2016, mulheres negras, na faixa de 20 e 35 anos, somam 81% dos alvos de discursos depreciativos na internet.

Desde o ano 2016, mulheres negras ativistas de diferentes grupos, e de forma independente, organizam, no dia 25 de julho¹¹, a Marcha das Mulheres Negras em Belém. Este evento envolve ações precedidas por uma campanha que visa fazer o tema e os debates em torno do racismo circularem pela sociedade. No dia da Marcha, o microfone é destinado, exclusivamente, para mulheres negras. Como este é um lugar de medo, mesmo quando a maioria esteja entre outras mulheres negras, são as mesmas pessoas que o assumem, raramente, uma voz diferente desponta entre a multidão. Do que temos medo?

Nesse âmbito, lembrei-me dos relatos da mamãe. Ela sempre conta que eu aprendi a ler muito cedo, em casa mesmo, por meio de um jogo de quebra-cabeça de madeira. Assim, ao ir para a escola, eu já sabia ler e escrever. Naquela época, como se podia adiantar séries, não fiquei na alfabetização. Fiz uma prova, cujo cheiro de álcool do papel com letras roxas ainda me vem à memória, e fui levada para a 1ª série do ensino fundamental, aos 6 anos de idade, pois eu “estava atrapalhando o desenvolvimento dos demais”, disse a professora. Eu me lembro da mamãe contando isso e me falando: “eu te dizia, quando chegar lá não é pra ler as coisas! Aí tu fazias tudo ao contrário, saía lendo e respondendo as coisas!” Uma outra professora chamou minha mãe para conversar, porque eu era uma ótima aluna, mas eu só vivia correndo no intervalo do recreio e jogando bola com os meninos. Eu era “uma pimentinha”, segundo a professora.

Nossa! São tantas lembranças. A inquietude e a curiosidade sempre me acompanharam! Mas eu não sei em que momento isso adormeceu e foi esquecido por mim.

devido a seus atributos físicos (hipertrofia dos lábios vaginais, esteatopigia etc.), foi considerada exótica, exposta em feiras, circos, desumanizada, tornada objeto e estudada *post-mortem* (BRAGA, 2011).

⁹ A música “A carne”, autoria de Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti em 1998, foi reinterpretada em 2002 por Elza Soares no álbum do “Cóccix até o pescoço”.

¹⁰ Fonte: AGÊNCIA BRASIL, 2018, disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/discurso-de-odio-na-internet-tem-mulheres-negras-como-principal>, acessado em: 1 de junho de 2020.

¹¹ Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. A escolha da data de 25 de julho é oriunda do I Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas realizado em Santo Domingo, na República Dominicana em 1992, ano em que foi criada a Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas.

Demorei cinco anos para entrar em uma Universidade pública, pois eu não aceitava outra opção; sabia que, por mais trânsitos e possibilidades que continuo tendo, seria pesado, para os meus pais, me manter muitos anos em uma Faculdade particular. Por vezes, sentia-me muito burra, mas, no momento seguinte, lembrava-me de que eu dava aulas para minhas amigas sobre diferentes assuntos das mais diferentes matérias. Estudava diuturnamente até altas horas da madrugada, e a diferença era quase sempre uma questão, 1 décimo ou menos. Alguns diziam que era falta de sorte, porém eu acreditava que aquele lugar/esse lugar era inacessível para mim, que não era para mim.

Ganhei bolsa integral em cursinho, após gabaritar a prova. Gabaritei toda uma primeira fase de vestibular e, no final, o resultado era o mesmo. Pensei em desistir. Fiquei deitada na cama, chorando por horas. Minha mãe se sentou ao meu lado e me disse que estava tudo bem eu ficar triste, mas que eu era de uma família de mulheres fortes, que minha avó (mãe dela), minhas tias, ela e eu éramos mulheres fortes e, por isso, desistir não cabia. Mas se eu quisesse mudar de planos, ela me apoiaria.

Eu entrei na Universidade, cavei esse lugar, furei esse bloqueio perverso do racismo estrutural, que faz a gente crer que esse lugar não é para nós! Somente três pessoas da minha família entraram em uma Universidade pública: um tio meu já falecido, um primo e eu, a primeira mulher negra da minha família a ocupar esse lugar, sim! Conforme eu disse, o racismo nos faz crer que esse lugar não é nosso!

Como é notório, a minha história se trata de uma exceção, e não de apoio a uma meritocracia. Meus pais apostaram nos meus estudos, pois sabiam que ou era isso ou era trabalhar na estiva, no comércio. Não que isso seja demérito, mas em uma sociedade como a nossa, entrar na Academia é subir na vida, é ter a filha doutora! Pena que a realidade é mais cruel quando foge aos sonhos e às idealizações.

A idealização se sustenta até o momento de findada a graduação, pois, agora, já pode ser lançada ao mercado de trabalho e ser des-empregada. Ainda na graduação em Psicologia, eu entrei em contato com pessoas e movimentos que me fizeram ver a realidade da Universidade pública sob outras óticas e, com isso, ver a possibilidade de ir além da graduação, coisa que eu não sabia existir até então. Ser pesquisadora? Graduação bastaria, porém, hoje, venho tentando explicar em casa a minha presença em um doutorado.

Não tive nenhuma disciplina obrigatória ou optativa que me levasse à reflexão racial, embora eu estivesse em uma formação de Psicologia, que visa à compreensão das subjetividades, comportamentos, fenômenos, pessoa ou qualquer que seja o viés interpretativo

escolhido; o racismo, por exemplo, é uma realidade silenciada na Psicologia. Como se faz Psicologia antirracista? Recebi esta pergunta em certa manhã. Pois bem, eu não tenho a resposta e nem tenho obrigação de tê-la, mas ensaio que a resposta deve começar pela ação da branquidade de falar sobre racismo desde as epistemologias até as práticas que têm contribuído para o adoecimento da população negra ao não acolher nossos corpos e existências em sua plenitude, porém, principalmente, deve estar em “desaprender o racismo” (bell hooks¹², 2019).

Digo isso, porque, um País que alimenta as hierarquias por meio do mito da democracia racial e nos ensina a odiar tudo que é preto, africano, indígena, nega-nos nossa história, solapa nossa memória, mata nossos saberes e nossos corpos. Como ser uma intelectual negra sem sentir medo-vergonha-insegurança, se eu nem consigo respirar!?

É compreensível sentir o medo-vergonha-insegurança que acompanha mulheres negras e nos faz sustentar, por muito tempo, a máscara de ferro. Quantas vezes fui procurada por mulheres negras angustiadas porque sentiam que não conseguiam escrever, por mais que soubessem que eram muito boas nisso! Ou porque não tem creche na Universidade para deixar seus filhos. Ou porque o seu tempo de permanência no curso já estava acabando! Um tempo institucional que não respeita que, para além de todas as atividades acadêmicas para dar conta, é preciso livrar-se do medo-vergonha-insegurança e sentar-se para ler autores que, embora muito bons e instigantes, não falam sobre outras possibilidades de existir negro nesse mundo!

O silêncio nunca vai nos proteger! Pensei em diferentes formas de arrumar um emprego e largar o mestrado (2015-2017), pois eu não aguentava mais. O que me deu forças para terminar foi lembrar que eu estava ali/estou aqui como um corpo individual, coletivo e ancestral, atuando em prol de uma transformação social por meio da pesquisa que tem papel relevante diante da sociedade. Estou continuando os passos das minhas percussoras ao cavar um lugar para aumentar o número de pessoas negras nessas trincheiras.

Pessoas brancas podem se identificar com esse relato? Sim. Sem dúvidas, o processo de classe também é um marcador que aprofunda as desigualdades. Mas lembrem-se e, com honestidade, assumam que o processo histórico que os empurrou para a pobreza não é acompanhado pela vivência cotidiana do racismo. Não tiveram suas intelectualidades e formas de produção de conhecimento aniquilados historicamente, como informa a socióloga e

¹² bell hooks, nome adotado por Gloria Watkins como forma de subversão escrita, é sempre grafado em minúsculo.

doutora em Filosofia Sueli Carneiro, apoiando-se nas contribuições de Boaventura de Sousa Santos:

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

É preciso trazer à baila a formação histórica do processo de construção e fundamentação dos conhecimentos para compreender por que mulheres negras têm medo de falar e escrever, para não cair nos vícios das respostas fáceis e racistas. Escrever também é subverter, é fazer levantes intelectuais, ativismo e pressão na estrutura mesmo sabendo que as ferramentas do senhor não derrubarão a casa grande, como disse Audre Lorde (1979-2019). Contudo, como um espaço de formação de opiniões e com ares de autoridade de saber e poder, precisamos, taticamente, seguir trilhando os passos das mais velhas – na luta por educação libertadora e antirracista (ver Zélia Amador de Deus, 2008; Ângela Davis, 2016).

Esse cuidado é circular, no qual mais velhas e mais novas se encontram em processos de trocas comunitárias. Por isso mesmo, a responsabilidade e o comprometimento que temos é grande, para não reproduzirmos as práticas coloniais que nos aniquilam também. Aprendemos a nos odiar e, por consequência, a direcionar o mesmo ódio para aqueles que vão se assemelhando conosco e lembrando nossas raízes. Assim, é preciso estar atentos e vigilantes, como informa Socorro Clemente, professora de Letras (Língua portuguesa) e ativista no movimento negro:

Em primeiro lugar, em um encontro da Rede Fulanas¹³, fui escolhida pelo meu grupo, que era formado por professoras, para falar em relação ao sistema educacional sendo professora preta, onde tínhamos que dizer o que nos faltava. Cheguei até uma das responsáveis do evento e relatei que eu havia sido escolhida

¹³ Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira surgiu em 23 de março de 2008, sendo apresentada oficialmente no dia 23 de novembro de 2008. A ‘Fulanas’ foi lançada durante o V Encontro de Mulheres Quilombolas, na sede do município de Inhangapi-PA e, em 11 de dezembro de 2008, foi oficializada a Regional Amapá da Rede Fulanas. O termo Fulanas se refere a etnia africana Fulas que foi traficada para o Brasil. Disponível em: <https://redefulanas.com>

para falar. Veja o que eu ouvi de uma mulher preta igual a mim: "olha lá vê bem o que vais falar, tu estás preparada?" Eu te pergunto: de que maneira eu não ficaria temerosa em falar em eventos? Se até uma mulher preta igual a mim subestima a minha inteligência? Isso me marca profundamente. Muitas vezes tenho argumentos em eventos, mas me mantenho em silêncio. Isto que ouvi de uma igual mexeu com a minha segurança em falar em público.

As artimanhas que nos silenciam são muitas. É preciso que aprendamos a amar a negritude, ou seja, a descolonizar as mentes e romper “com o tipo de pensamento supremacista branco que insinua que somos inferiores, inadequados, marcados pela vitimização etc.” (bell hooks, 2019, p. 58). Esse autoexame é um mergulho traumático nas violências sofridas, e se configura como um processo descontínuo e dolorido que, invariavelmente, nos coloca diante da raiva.

Audre Lorde (2019) fala que reagimos com raiva ao racismo. Diferentemente do ódio, que tem por um de seus destinos o corpo negro, a raiva tem potencial de mudança se experienciada e direcionada para nos movimentar. Para Lorde, expressar a raiva também é aprender a ir de encontro àqueles que nos queriam amordaçados e satisfeitos com as migalhas, internalizando o (auto) ódio em um ciclo retroativo para afastar a negritude. Como não sentir raiva diante das mortes de George Floyd, João Pedro, Ágatha, Cláudia e Marielle, da prisão de Rafael Braga e do cotidiano do racismo, que parece infinito na vida das pessoas negras?

Nas Academias, ainda somos vistos como pessoas hostis se desafiamos os lugares onde nos querem deixar. Mesmo depois de furar os bloqueios seletivos para sentar nas cadeiras das Universidades e não mais apenas limpar o chão de suas salas de aula, somos excluídos dos ciclos referenciais da produção de conhecimento por docentes (mesmo negros, mas colonizados) que não conseguem sair dos seus círculos de leitura e referência branco-ocidental para expandir o seu arcabouço de vivência/intelectual para estudar o que têm dito e produzido intelectuais negros. Como não sentir raiva?

Fomos impedidas, historicamente, de sentir raiva em uma dualidade: sentimentos bons e sentimentos ruins, sendo que estes últimos precisariam ser expurgados. Audre Lorde (2019) diz que devemos nos permitir ser afetadas pela raiva para melhor conhecer a nós mesmas, deslocando-a para um processo de aprendizagem em que precisa ser comunicada para não nos levar à destruição. Afinal, a raiva que todos deveriam sentir em relação a existência do racismo deveria ser maior do que aquilo que sentem ao se depararem com a raiva expressa por mulheres negras e homens negros.

Se a expressão da raiva gera culpa, paralisa a todos, pois não permite que as diferenças sejam percebidas como possibilidade de agência em um País multicultural como o nosso.

Assim:

Mulheres de cor na América cresceram em meio a uma sinfonia de raiva, de serem silenciadas, de serem derrotadas, sabendo que, ao sobrevivermos, fazemos isso apesar de um mundo que odeia o simples fato de existirmos quando não estamos a seu serviço. E chamo de *sinfonia* em vez de *cacofonia* porque tivemos que aprender a orquestrar essas fúrias para elas não nos destruíssem. Tivemos que aprender a nos operar entre elas e a usá-las como força, e potência, e clareza no dia a dia. Aquelas de nós que não aprenderam essa difícil lição não sobreviveram. E parte da minha raiva é sempre uma saudação às minhas irmãs que se foram (LORDE, 2019, p. 162).

3 FALAR E ESCREVER: ESCAPANDO ÀQUILO QUE NOS APRISIONA

“Escrever é perigoso” (ANZALDÚA, 2000, p. 34), informa Glória Anzaldúa, escritora chicana estadunidense que nos incentiva a ver a escrita como uma aliada e, ao mesmo tempo, a lançar mãos das várias formas de grafar nossas memórias, seja como poesia, crônica ou autobiografia.

Nesse jogo com a branquidade, a população negra segue existindo e sobrevivendo em negociações constantes tanto para afirmar um lugar, pertencer e combater as violências cotidianas quanto para construir territorialidades que nos permitam enegrecer. Em uma condição limítrofe que acompanha os corpos negros na luta pela sobrevivência, às vezes calamos e recuamos como tática de sobrevivência, mas sempre esperando a hora certa de jogar a capoeira da vida¹⁴.

Retomei o acompanhamento psicanalítico tem mais ou menos um ano e meio e percebi que sempre tive necessidade de aprovação e achava que o tanto que fosse o que eu me doasse, nunca seria suficiente. Isso tem muito a ver com diversas violências racistas dentro e fora de casa. Acho que sempre tive dificuldades em falar, de mim principalmente, por medo do que eu iria ouvir e por não ter recurso psíquico mesmo pra sustentar as mágoas que vinham junto do que se transforma em discurso. Além disso, ficava um pé atrás com a maneira como o outro ouviria o que foi dito, se com escuta de fato ou deslegitimando aquilo que me causava sofrimento. Tudo tem várias explicações né, mas acho que o medo de transformar em discurso e se deparar com esse trauma é impeditivo pra que se fale.

¹⁴ Essa ideia foi proferida pela agrônoma e uma das fundadoras do CEDENPA, Nilma Bentes, e batizada por Zélia Amador de Deus como “estratégia ginga do capoeirista”, durante o Encontro de Negras e Negros do Pará, realizado em Belém-PA no dia 10 de agosto de 2019.

A cientista social e mestranda Tainara Pinheiro (2020) informa sobre o medo de se deparar com os traumas que não são acolhidos pela audiência em geral, mas especificadamente pela escuta psicológica. Ao nega-se a dor, nega-se a sujeita/o sujeito. E nesse acordo ao pacto do silêncio racial, impossibilitamos a pessoa negra de se reconstruir positivamente e de forma saudável. Em um processo longo e dolorido de estar diante dos traumas causados por uma sociedade que tem no racismo uma “neurose cultural brasileira” (GONZÁLEZ, 2018, p. 191), falar tem por imperativo a escuta de si, mas também a escuta do outro. Quem é esse outro que ouve?

No geral, a pessoa negra tem que provar que é boa em algo duas vezes mais que qualquer branco “mediano”, para mostrar que é capaz de estar em uma Universidade, por exemplo, que é capaz de pensar por si só, que é legítima para produzir conhecimentos, que pode respirar em um mundo racista. Mesmo assim, às vezes isso não funciona e coloca as pessoas negras em lugar exaustivo e causador de estresse e angústias.

Sabe quanto tempo demora para reconstruir a autoestima de uma pessoa negra? Eu também não sei! Por mais que o discurso esteja na ponta da língua e tenha havido a transformação da linguagem em ação (LORDE, 2019), isso coexiste com choros, dores e sufocamentos por não conseguir respirar, “pra sustentar as mágoas”. Ainda que tenha havido avanço, por exemplo, a cada “black” solto e pentes garfos para o alto em um brado de “Preto é lindo”, aumento de traduções para o português das obras de intelectuais negras, aumento de estudantes negros nas Universidades, o racismo permanece. São anos de dores e traumas que ainda estão sendo ressignificados.

É o que informa a Dennyse Sousa (2020), concluinte no curso de Enfermagem e artesã, uma daquelas mulheres que não se vê como uma intelectual negra:

Eu acredito que é por conta da construção que o racismo faz né, desde... a gente sempre fala que a escola é um lugar muito violento pra crianças negras e isso é muito verdade porque as nossas falas não são levadas em consideração desde esse processo, desde lá de trás. Eu já vi muitas piadas também de professoras, professores em relação a crianças negras dentro da sala de aula, casos de racismo mesmo de falar do cabelo e tal e tem sempre aquelas comparações da criança “nerdzinha”, branquinha que é mais bonitinha. Isso tem muito em escola. Mesmo em escola pública que a maioria é negra, a branquinha é que vai ser bonitinha, a criança né. Então a criança negra vai sendo negligenciada mesmo até nesse processo de aprendizagem de se expressar e, com a construção disso, a gente vai crescendo e vai ficando com medo de falar, porque a pessoa preta não pode errar, nem na escrita, nem na fala, em nenhuma forma de se expressar pode errar, tem que ser sempre melhor que o outro pra conseguir. Nem é pra ficar em evidência né, mas não ser repreendido né, e acho que é isso. E aí, quando a gente cresce, esses medos, essas coisas vêm todas com a gente, a gente carrega tudo isso. E no meu exemplo, eu por exemplo, tinha muito, muito, muito medo de me expressar, eu tinha muito

medo de falar, eu tenho ainda. Esse medo eu consegui romper um tanto né, porque eu entrei na Faculdade, tive acesso a umas leituras que me permitiram ter um conhecimento mais preciso sobre algumas questões. Mas tem coisa que eu não sei tudo, óbvio, ninguém sabe tudo. Então esse medo de errar, medo de ser rejeitada, falo de ser rejeitada mas não essa palavra, por exemplo, te postar algum conteúdo nas redes sociais e ser rejeitada ou ser cancelada, sei lá, ou não ver, ou a galera não ver, não aderir e tal. É... eu consegui romper esse processo de silêncio, eu já consegui falar um pouquinho, me expressar um pouco mais né, com alguns assuntos que eu domino. Mas a escrita, nesse momento, vem sendo assim uma pisa porque a gente é tão negligenciada mesmo desde lá, de pequena, a gente não é estimulada e nem ensinada a escrever. Isso é uma unanimidade né. Mas aí, quando a gente tem uma oportunidade que não é muita gente que tem, por exemplo, eu tive a oportunidade de entrar na Faculdade né; eu saí do ensino médio né, eu também tive o privilégio de estudar no IF[PA] por um tempo e, lá, a gente teve uma iniciação assim bem básica de como escrever e tal. Não é nem de como escrever, é de como, só de conhecer mesmo o que é introdução, o que é metodologia, o que é isso e o que é isso. Mas a gente pouco fazia isso né, a gente tinha um projeto de conclusão, mas assim né, não é nada de extraordinário, até porque é ensino médio. Então, quando eu entrei na Faculdade, eu tava crua nisso, não tinha leitura de metodologia, de nada dessas coisas, e a maioria não tem né, mas assim, muita gente já tinha. Então eu fui ficando pra trás e eu fui negligenciada também nesse processo. Apesar de eu correr muito atrás disso, eu nunca consegui alcançar. Quando eu tava aprendendo alguma coisa sobre metodologia, já tinha alguém escrevendo, publicando, sabe. E agora, esse processo de escrita do meu TCC, por exemplo, vem sendo uma pisa porque eu tô aprendendo, assim, eu sempre quis fazer isso sozinha né, porque o que eu...eu sempre fiz sozinha as coisas né, e como eu quis fazer isso sozinha, eu acabei errando tudo, é mais difícil fazer. E aí, na hora quando eu pedi ajuda, já tava muito em cima e, enfim, é isso. É muito difícil esse processo mesmo de escrever, vem sendo horroroso, de me expressar através da escrita, apesar de eu saber muita coisa, eu saber o que eu quero escrever. Mas, essa negligência mesmo, do ensino e do aprendizado, tá refletindo completamente na minha escrita, na minha não escrita né.

De quantos modos diferentes o sistema desumanizou Dennyse Sousa e muitas de nós para chegarmos ao ponto de não acreditarmos em nós mesmas? Particularmente, presenciei um desses momentos em que seu silêncio foi rompido. Era um ato intimista em frente ao Quilombo da República¹⁵, em virtude do assassinado da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco. Aquele microfone, de uso exclusivo para mulheres negras, fez ressoar a sua voz trêmula, tentando buscar as palavras e conter as lágrimas. Às vezes, conseguimos romper com o medo e o silêncio!

A negligência, o medo, a insegurança, a pisa. “A gente carrega tudo isso”, não porque aguentamos tudo, mas sim porque a carne negra foi forjada na dor e aprendendo a se reinventar para sobreviver, porém não por um processo romântico de superação. A negra e o negro são aqueles que precisam andar na corda bamba do sistema, senão o chicote afiado

¹⁵ Espaço de resistência do povo negro, localizado na Praça da República. Atualmente, é similar uma banca de revista com estrutura de ferro que serve para venda de roupas, livros e para realização de atividades do movimento negro. Esta estrutura foi colocada por Nilma Bentes durante uma madrugada quando a administração pública responsável pela praça da República queria tomar o espaço das posses do CEDENPA. Disponível em: <http://cedenpa.org.br/Quilombo-da-Republica>

estará sempre pronto para acertar o corpo negro, que sofre com o não pertencimento em um mundo branco e pelo medo constante da rejeição pública em um pelourinho qualquer.

Não se espera ver uma mulher negra ou um homem negro ocupando as cadeiras da erudição, e sim o banco do réu. O movimento deve ser o de subverter a noção de intelectualidade e de conclamar outros saberes e vozes como intelectuais para dentro e para fora das Universidades. Como informa a socióloga e feminista afro-estadunidense bell hook (1995, p. 468) “Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. [...] intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla”. Quem outorgou à ciência o direito de dizer que uma negra pobre e periférica não seria intelectual? Carolina Maria de Jesus, escritora negra, está aí para provar o contrário com sua obra “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”. Minha avó que curava a garganta com copaíba e as demais que não puderam entrar nas Universidades, também são intelectuais!

A essa altura, alguém que ousou continuar a ler este artigo já deve ter vociferado que “é militante demais”. Eu concordo, embora tenha preferência por ativismo, ativista. Durante séculos, o saber hegemônico branco-colonial se impôs como único e universal, pregando uma neutralidade apolítica, ahistórica, milimetricamente previsível e controlável. Quando mulheres brancas, mulheres e homens negros chegam à Academia e, nesse espaço, começa-se a marcar/denunciar quem são os corpos predominantes, aponta-se que nossas vozes não são produtoras de conhecimento, no entanto, historicamente, os nossos corpos foram transformados em objeto a ser estudado por uma ciência pretensamente neutra.

Na sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o epistemicídio, cuja discussão aprofundaremos posteriormente, se manifesta também no dualismo do discurso militante versus discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro. Via de regra a produção branca e hegemônica sobre as relações raciais dialoga entre si, deslegitimando a produção dos pesquisadores e ativistas negros sobre o tema (CARNEIRO, 2005, p. 60).

Ou seja, se a pessoa negra está fora da Academia, dizem que ela não conhece os paranauês da ciência; se está dentro, é militante demais. Na verdade, dentro ou fora, o que deve ser excluído, na visão da branquidade, é a voz, a escrita, a expressão da negritude, a pele preta, o negro e seus dramas, que precisam ser recontados como mais um que vai servir de exemplo: o negro sofrido que veio de baixo e venceu; se os outros negros não conseguem é

porque não querem. Assim, a responsabilidade é deslocada da branquidade e apontada para o negro e a negra, desde a escola discriminados.

Em minha dissertação de mestrado, apontei como o racismo, enquanto experiência subjetiva, mata em vida e desumaniza até alcançar as camadas mais íntimas da nossa existência ou o modo como nos vemos, que sempre é instituído a partir da lente do colonizador. Invariavelmente, essa comunicação se dá no momento de violências. Mesmo quando a aparente certeza da cor da pele não deixa dúvidas, a experiência dos racismos anuncia esse lugar a ser subvertido e ressignificado. Assim, mesmo que não haja como afirmar que, para ser negro, tem que ter sofrido racismo, não há dúvidas de que todo negro vive essa experiência (CÂMARA, 2017).

Nesse processo, embranquecer é a regra que guia o ideal de mestiçagem e sustenta o mito da democracia racial apoiado em identidades embranquecidas como morena, pardo, mestiço ou qualquer outro termo que nos afasta da negritude e corrobora com o genocídio da população (CÂMARA, 2017). Por isso, é indispensável o contato com referências que comuniquem outras possibilidades de existir negro em uma sociedade racista, e que contribuam para o despertar de uma consciência-movimento crítica a respeito de nós mesmos, rompendo, assim, o pacto do silêncio racial.

Romper em alguns âmbitos os vários silêncios não significa que esses silêncios deixaram de existir, porque “quando eu tava aprendendo alguma coisa sobre metodologia já tinha alguém escrevendo, publicando”. Isto é, as regras do jogo estão sempre mudando. Quebrar o silêncio é começar a controlar o medo e se deixar afetar pela raiva que dará início a outros processos, ainda que continuem caminhando lado a lado com os traumas e as sequelas do racismo persistente.

Escrever, de fato, pode ser uma experiência horrorosa, porque aprendemos o quão cruel é a audiência que quer nos fixar em estereótipos ao nos fazer crer que não somos capazes de produzir conhecimento e, minimamente, fazer-nos ser compreendidos. Faz parte dessa estratégia deixar quem, hegemonicamente, já está nas Academias ir aos quilombos, às aldeias ou fuçar nossa mente e nossos corpos, para serem os únicos a poder escrever e falar sobre nós. Por que também nos privam de falar sobre nós? E, mais ainda, por que têm medo dos nossos próprios critérios de validade e de legitimação dos saberes?

A negra e o negro quando conseguem, por fim, romper os silêncios e escrever, com todo suor e lágrima, ou caem no esquecimento (ostracismo intelectual) ou o negro/a negra vira tema, isto é, negro só é lembrado para falar sobre racismo. Em outros casos, por exemplo,

transformam o “Novembro Negro – Dia da Consciência Negra (20)” que, para nós, é um marco a qual muitas entidades lutaram para colocá-lo no calendário nacional, num momento de caça aos negros que sempre estiveram aqui para falar sobre os racismos de todos os dias do ano.

O problema nisso tudo é que, mais uma vez, o sistema tenta nos aprisionar: você quer falar sobre isso? Ok, toma aqui teu lugar e momento para isso. Como se nos demais meses do ano, por exemplo, não estivessem em vigor as Leis 10.639/03 e 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade do ensino das histórias afro-brasileiras e indígenas no País. É preciso, inclusive, que as Instituições de Ensino Superior aprofundem e, verdadeiramente, também se comprometam com a formação antirracista dos futuros profissionais, e não restrinjam este assunto apenas às licenciaturas.

A negra e o negro tema também aparecem em uma mesa composta por cinco participantes brancos e apenas uma pessoa negra. Isso não significa estar rompendo com a ordem instituída. Quantos negros existem no País? A representatividade também pressupõe proporcionalidade. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dados de 2019, pessoas pretas e pardas somam mais de 56,10% do total demográfico. Onde está, então, a grande parcela de nós, se não aprisionados, desempregados, abandonados, enterrados, sufocados?

Dessa forma, continuam a nos afastar, paternalmente, dos caminhos da produção e dos estados de arte da ciência, encerrando-nos em uma permissão tutelada para existir: como aquele que fala sobre si, de um problema nosso, para aqueles que estão “curiosos” para nos ouvir falando sobre “isso”, e que não seja de maneira muito ríspida, pois temos que estar dispostos ao diálogo. Não à toa, ainda é real que, para ter contato com algum pensador negro ou negra, é preciso um professor, geralmente, também negra/negro que, igualmente, rompeu obstáculos para estar ali. Quando não é assim, o contato é feito por meio de alguma disciplina que aborde o tema das “relações raciais” em algum campo maior de pensamento, por exemplo, de “Direitos Humanos”. Neste caso, sendo disciplina optativa, quando deveria ser obrigatória ou, indo mais a fundo, que deveria ser estudada transversalmente em todas as outras, afinal, o racismo é um problema que os brancos precisam se responsabilizar e assumir para si.

Ainda sobre as questões das políticas afirmativas, já sabemos que a quantidade de estudantes negros vem aumentando ao longo do tempo na maioria das Universidades do Brasil, ainda que estejamos atrás da quantidade de brancos. A pergunta é: por que essa mesma

mudança não vem acompanhada de uma maior quantidade de docentes negros? Precisaremos esperar mais uma Zélia Amador de Deus desbravar o caminho para que esse quadro se altere? E por falar nela, precisaremos esperar mais quantas décadas de novo para que as contribuições de outras/os docentes negras sejam notadas? É melhor nem começar a falar sobre as pífias políticas afirmativas de cotas que, raramente, são implementadas e respeitadas nas pós-graduações.

Por fim, nesse processo, coloquei-me em dúvidas várias vezes, questionei-me diversas vezes, mas sigo tentando me livrar pouco a pouco dos obstáculos que me aprisionam em silêncios. Assim, ao me perguntarem o que eu faço com a minha raiva, direi que escrevo.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

4 ESTAMOS APENAS NAS CONSIDERAÇÕES

A essa altura dessa escrita, fui tomada pela raiva, mais uma vez, com a morte do menino Miguel de cinco anos de idade ocorrida na cidade de Recife, Brasil. A criança negra estava aos cuidados da patroa branca enquanto a mãe negra havia descido para levar a cachorra para passear no térreo. Nesse momento, a criança queria ver a mãe. A patroa leva Miguel para o elevador e aperta um número acima do andar no qual estavam. A criança negra sai do elevador perdida, consegue avistar a mãe por uma entrada de ar-condicionado localizada no 9º andar, de onde cai.

Assim, ninguém tem o direito de nos pedir calma, dentro ou fora das Academias, pois nós temos pressa. Lélia González (2018) relembra uma frase de Sartre ao ser questionada se suas ações e pensamentos seriam um tipo de racismo às avessas. Ela responde:

“Se você manteve a coluna vertebral de alguém dobrada durante anos, no momento em que a pessoa se levantar não espere um olhar de gratidão”. [...] Por outro lado, quem criou o racismo não fomos nós. O racismo, enquanto teoria, enquanto ideologia que sustenta toda uma formulação científica, é uma invenção dos brancos. [...] (GONZÁLEZ, 2018, p. 371),

Dessa forma, não esperem um olhar de gratidão se não conseguem assimilar seus racismos e os impactos que isso tem sobre as nossas vidas concretas. Combater o racismo está para além de autodeclarações, pois também é um processo de desconstrução que posiciona os racistas diante das violências que nos causam. É, além disso, colocar os benefícios que pessoas com privilégio racial colhem a favor do fim do racismo, por não serem alvos diretos da violência policial ou não serem “serviços essenciais”¹⁶, e serem obrigados a trabalhar durante uma pandemia, por exemplo.

A nós cabe a difícil missão de reconstruir a nossa potência criativa de aprender a amar nossa negritude (bell hooks, 2019), mesmo que isso signifique encarar os traumas e violências que nos assombram cotidianamente, por meio de outros processos que nos levem a ressignificar a nossa existência com base em outros modelos de identificações pautados em nossas próprias referências e legitimações de saber. Foi, por exemplo, o que levou à constituição do grupo de estudos “Feminismo Negro: a voz que querem calar” no ano 2018 em uma Universidade particular no Pará, após diversos relatos de racismo na Instituição (MARTINS, OLIVEIRA, MOURA, 2019). Esta é uma das formas de tensionar, acolher e dar sentido às existências negras nesta cidade, conforme o texto “A voz que tentam calar: relatos de um grupo de estudos” (2019).

Nesse processo, somos levadas a nos organizar de diversas formas e a atuar em coletividade para, junto com outras semelhantes, ter esse espaço da escuta, que é rotineiramente negado, ter um lugar para pensar as pluralidades das existências negras e reinventar formas de pensar e agir. Foi o que inspirou o texto “Rede de Mulheres Negras e Rede de Ciberativistas Negras - Pará - Construção identitárias negra amazônidas coletiva e contra narrativas insurgentes” (SOUSA, 2019).

E dentro dessa diversidade de modos de ser negras, quando interseccionadas com marcadores que fogem à heterossexualidade, faz-se necessário que as diferenças movimentem mudanças intragrupo de mulheres negras e rompam com essas imposições que violentam e

¹⁶ Referência à medida decretada pela prefeitura de Belém no dia 6 de maio de 2020 ao considerar o serviço das empregadas domésticas como serviços essenciais durante o período de *lockdown*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/05/06/prefeito-de-belem-inclui-domesticas-entre-essenciais-antes-de-inicio-de-lockdown>

matam outras de nós. Foram essas as contribuições trazidas no texto “Afeto e (Des)Humanização: a literatura negra lésbica como instrumento de luta” (LUZ, MIRANDA, SILVA, 2019).

Os três artigos mencionados são autoria de mulheres negras da Amazônia que produzem conhecimento, um outro atravessamento que aprofunda a dificuldade de ressonância das nossas vozes. Foram aqui citados, pois trazem as suas contribuições para alargar o espectro do que consideramos fazer ciência e para subverter aos que dizem que não escrevemos. Por fim, são mencionados para mostrar a outras mulheres e homens negros que, por mais difícil que seja e medo que tenhamos, nós podemos escrever!

Assim, para compreender por que mulheres negras têm medo, insegurança e timidez para se expressar, busquei abordar, no presente artigo, o sufocamento de nossas formas de produção de conhecimento e como isso gera impacto em nosso cotidiano perverso. Apresentei, posteriormente, o negro tema como formas de captura do sistema neoliberal-racista e, por fim, tentei apontar que escrever é perigoso, porque pode incendiar ideias e mudanças que o racismo não quer escutar e, por isso mesmo, tenta nos silenciar e sufocar até a morte.

Diante do cenário de caos e pandemia, o único silêncio aqui advogado é o Atotô! Pois, devemos reverência ao Senhor que está na terra e aos nossos ancestrais. Que minha mãe interceda pelo seu povo negro, Salubá!

REFERÊNCIAS

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Os Herdeiros de Ananse**: Movimento Negro, Ações Afirmativas, Cotas para Negros nas Universidades. 2008, 295 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

AMADOR DE DEUS, Zélia. **O corpo negro como marca identitária na diáspora Africana**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Bahia: UFBA, 2011.

ANZALDÚA, Glória. Falando em Línguas: Uma Carta para as Mulheres Escritoras do Terceiro Mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, 229-236, 1º semestre 2000.

bell hooks. Amando a negritude como resistência política. In: bell hooks. **Olhares Negros: Raça e Representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

bell hooks. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, jun./dez.1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16465/15035>. Acesso em: 08 ago. 2013.

CÂMARA, Flávia Danielle da Silva. **Mulheres Negras Amazônicas Frente à Cidade Morena: o Lugar da Psicologia, os Territórios de Resistência**, 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser**. 2005, 339 f. Tese (Doutorado em Educação junto à Área Filosofia da Educação). Programa de pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

CASTRO, Jacqueline Aparecida Gonçalves Fernandes de; MENEZES; Marizilda dos Santos. Design étnico: A Identidade Sociocultural dos Signos. In: MENEZES, Marizilda dos Santos; PASCHOARELLI, Luis Carlos (org.). **Design e planejamento: aspectos tecnológicos** [online]. São Paulo: UNESP: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/mw22b/pdf/menezes-9788579830426-03.pdf>

COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia Feminista Negra. In: Patrícia Hill Collins **Black Feminis Thought. Knowledge, Conciousness, and the Politics of Empowerment**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2000. Tradução solidária Heloísa Adegas e Juliana Lopes, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, janeiro/abril, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo latinoamericano. In: Mujeres, Crisis y Movimiento. América Latina y el Caribe. **ISIS INTERNACIONAL**, Chile, v. 9, p. 132-141, jun., 1988.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Mujeres, Crisis y Movimiento. América Latina y el Caribe. **ISIS INTERNACIONAL**, Chile, v. 9, p. 190-214, jun., 1988 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf

GONZÁLEZ, Lélia. Primavera para as Rosas Negras. In.: Lélia Gonzalez/ União dos Coletivos Panafricanistas **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em Primeira Pessoa**. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018, p. 369-379.

GONZÁLEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. In: Lélia Gonzalez/ União dos Coletivos Panafricanistas. **Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em Primeira Pessoa**. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018, p.321-334.

LORDE, Audre. A Transformação do Silêncio em Linguagem e em ação. In: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORDE, Audre. As Ferramentas do Senhor Nunca Derrubarão a Casa Grande. In: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORDE, Audre. Os Usos da Raiva: As Mulheres Negras Reagem Ao Racismo. In: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUZ, Agatha Leticia Eugênio da; MIRANDA, Juliana Damasceno de; SILVA, Aiana Hana Sarges. Afeto e (Des)Humanização: a literatura negra lésbica como instrumento de luta. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 15, jan./jun., 2019.

MARTINS, Ingrid Fabiane Gonçalves; OLIVEIRA, Jessica Mariane Gonçalves de; MOURA, Thaís de Souza. A voz que tentam calar: relatos de um grupo de estudos. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, São Luís, MA. **Anais [...]**. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_9109105cca2dc48c36d.pdf. Acesso em: 04 jun. 2020.

PEREIRA, Joseane. **Até os Dias de Hoje os Griots Seguem em Seu Papel de Guardiões da Tradição**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/griots-os-contadores-de-historias-da-africa-antiga/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SOUSA, Sabrina Figueiredo. Rede de Mulheres Negras e Rede de Ciberativistas Negras - Pará - Construção identitárias negra amazônicas coletiva e contra narrativas insurgentes. In: VI Simpósio Internacional LAVITS, 2010, Salvador, BA. **Anais [...]**. Salvador, LAVITS, 2019. Disponível em: <http://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/FigueiredoSouza-2019-LAVITSS.pdf>. Acesso em: 04 jun.2020.

